



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAFAELA CLEMENTINO DA COSTA

**PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO/ ORIENTADOR SOCIAL
NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

CAMPINA GRANDE

2022

RAFAELA CLEMENTINO DA COSTA

**PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO/ORIENTADOR SOCIAL NO
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de Concentração: Educação Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Gomes Germano Maciel

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837p Costa, Rafaela Clementino da.
Pedagogia social [manuscrito] : a atuação do pedagogo/orientador social no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - um relato de experiência / Rafaela Clementino da Costa. - 2022.
48 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Maria do Rosário Gomes Germano Maciel, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Pedagogia Social. 2. Pedagogo. 3. SCFV. 4. Vulnerabilidade Social. I. Título

21. ed. CDD 378

RAFAELA CLEMENTINO DA COSTA

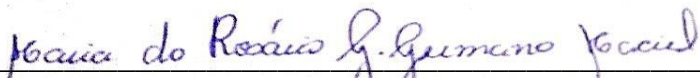
PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO/ORIENTADOR SOCIAL NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de Concentração: Educação Social

Aprovada em: 25/03/2022

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a. Maria do Rosário G. Germano Maciel (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB


Prof.^a Dr.^a. Nelsônia Batista da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Marlon Tardelly Morais Cavalcante
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho ao meu pai João Bosco da Costa (*In memoriam*) e minha mãe Solange Maria Clementino, por todo amor e dedicação concedidos, como também ao meu amigo e grande mestre Francisco Alexandre, que tanto me incentivou e por sempre acreditar que eu seria capaz de alçar grandes voos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida, e por me permitir vencer todos os obstáculos encontrados ao longo da graduação e da conclusão deste trabalho, sem Ele eu nada seria.

Ao meu pai João Bosco (*In memoriam*), e minha mãe Solange Maria Clementino que sempre sonharam com esse momento de realização acadêmica, por todas as renúncias e o empenho que tiveram ao me educar, me impulsionando a ser quem hoje eu sou.

Aos todos os meus grandes e verdadeiros amigos, que sempre me incentivaram a buscar uma formação acadêmica, ao crescimento pessoal e profissional e por acreditarem que eu seria capaz quando eu mesma não acreditava. Principalmente meu amigo e mestre Francisco Alexandre, que foi o maior incentivador da minha formação. Por sua amizade e carinho, meu muito obrigado.

Aos meus queridos colegas da melhor turma de Pedagogia da UEPB, em especial o meu grupinho (Olívia Araújo, Camila Macelle e Sergio Freitas), que estiveram ao meu lado nessa longa e prazerosa jornada, dividindo angústias e alegrias, se tornando verdadeiros parceiros, mais amigos, irmãos.

Aos meus professores e professoras da graduação, que contribuíram muito na minha jornada acadêmica me impulsionando na construção do saber, sobretudo aos queridos Marlon Tardelly M. Cavalcante e Nelsânia Batista da Silva, que aceitaram fazer parte dessa banca com tanto carinho.

Também a minha digníssima orientadora (Maria do Rosário Gomes Germano Maciel), que foi uma verdadeira mãe, me acolhendo e me guiando nesse processo de conclusão de curso. Por toda paciência, amor e carinho a mim dedicados, elevo meus agradecimentos e meu máximo respeito à pessoa incrível que ela é.

Por fim, a todas as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta com a realização desse trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a atuação do pedagogo/orientador social no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) no município de Esperança-PB. Para fundamentar teoricamente essa pesquisa, nos acostamos aos estudos de Libâneo (1993), Freire (2006), Caliman (2010), como também nos documentos oficiais a exemplo da Lei de Diretrizes e Base (LDB, 9394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2006); Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993); Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) entre outros. A metodologia deste trabalho insere-se numa abordagem qualitativa de teor observacional participante, onde descreve a natureza, abordagem, o campo, os sujeitos e a nossa experiência, tecendo reflexões sobre o trabalho realizado. Como resultado objetivou-se a amplitude nas áreas de atuação do pedagogo, e também a importância desse profissional no âmbito social. Por fim, concluímos que a atuação do pedagogo no SCFV se faz extremamente necessária, tendo em vista as atribuições que são próprias da formação desse profissional, sobretudo na organização, planejamento, execução das atividades, bem como a coleta de dados, análise e avaliação das ações que são direcionadas ao público em situação de vulnerabilidade social ao qual o programa é destinado.

Palavras-Chave: Pedagogia Social. Pedagogo. SCFV. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The present study aims to describe and analyze the performance of the pedagogue/social advisor in the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCSB), in the municipality of Esperança-PB. To theoretically substantiate this research, we approach the studies of Libâneo (1993), Freire (2006), Caliman (2010), as well as in official documents such as the Law of Directives and Base (LDB, 9394/96); National Curriculum Guidelines (NCG, 2006); Organic Law of Social Assistance (OLSA, 1993); National Social Assistance Plan (NSAP, 2004) among others. The methodology of this work is part of a qualitative approach of participant observational content, where he describes the nature, approach, the field, the subjects and our experience, weaving reflections on the work carried out. As a result, the objective was to broaden the areas of activity of the pedagogue, and also the importance of this professional in the social sphere. Finally, we conclude that the role of the pedagogue in the (SCSB) is extremely necessary, in view of the attributions that are typical of the training of this professional, especially in the organization, planning, execution of activities, as well as the collection of data, analysis and evaluation of the actions that are directed to the public in situation of social vulnerability to which the program is destined.

Keywords: Social Pedagogy. Pedagogue. SCSB. Social vulnerability.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Banners de divulgação da Campanha “Maio Laranja”.....	37
Imagem 2 – Culminância da Campanha “Maio Laranja”.....	38
Imagem 3 – Produção de material audiovisual para campanha “12 de Junho”.....	39
Imagem 4 – Atividades Impressas entregues em casa	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO	14
2.1 Pedagogia Social: contexto histórico e atuação	17
2.2 Normatização de Atuação do Pedagogo no Brasil	20
2.3 Discussões acerca da atuação do pedagogo: perspectivas e desafios	23
2.4 Sobre a Lei e a Política Nacional de Assistência Social no Brasil	25
3 METODOLOGIA	30
3.1 Coleta dos dados	30
3.2 Campo de Pesquisa e Sujeitos	31
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	33
4.1 Atribuições do Pedagogo/orientador social: um trabalho colaborativo	33
4.2 Atividades desenvolvidas no SCFV: desafios e possibilidades	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Libânio (2007), a Pedagogia se ocupa dos estudos sistemáticos dos processos educativos que se realizam em sociedade, os quais se caracterizam como instituintes da condição humana. Estuda a natureza e as finalidades da educação nos variados contextos onde as diversas práticas educativas se efetivam. Nessa perspectiva, as práticas educativas não se restringem ao âmbito escolar, essas também se efetivam em inúmeros contextos da experiência humana individual e social, expressando-se de modo diversificado.

Por esse caminho, para Libânio (2007) o curso de Pedagogia deve formar um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas formal, não formal e informal, tendo em vista os novos contextos, a saber, as novas tecnologias digitais, os novos atores sociais, os diferentes espaços de lazer, as mudanças no estilo e ritmo de vida, mudanças profissionais, cultura de sustentabilidade, não apenas na gestão da sala de aula, da supervisão e coordenação pedagógica de escolas, mas também na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, nos diversos movimentos sociais, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços de acompanhamento à terceira idade, nos serviço de lazer e animação cultural, na programação digital de softwares educativos, na televisão, na produção de filmes e vídeos, brinquedos, entre outros (LIBÂNIO, 2007).

Sabemos que o curso de Pedagogia, sobretudo na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), do qual fazemos parte, tem como foco principal a formação docente, preparando os graduandos para atuar, nos diversos âmbitos que compõem as unidades escolares, como por exemplo, a coordenação e supervisão pedagógica, a gestão, à docência, dentre outros. No entanto, vale salientar que, de acordo com pesquisas realizadas a atuação do pedagogo vai além do ambiente escolar, podendo se expandir para outras áreas da educação, a exemplo das ONGs, hospitais, sindicatos, centros culturais, espaços sociais, revistas, editoras, empresas, fóruns, igrejas e demais áreas que exige na contemporaneidade o olhar específico deste profissional.

Ainda em relação à atuação do pedagogo em espaços não escolares, está normatizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2006, p. 11) que afirma em sua Resolução 01 de maio de 2006, Art. 5, Inciso IV, o qual determina “que os

concluintes do curso de Pedagogia deverão estar preparados para atuar em espaços escolares e não escolares, exercendo sua prática na docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, não se restringindo apenas a estes campos”. Sendo assim, entendemos que o pedagogo poderá atuar em diferentes áreas nas quais haja necessidade de conhecimentos pedagógicos.

Mediante este entendimento surgiu o interesse em pesquisar sobre O Papel do Pedagogo Social, a partir da minha experiência como Pedagoga/Orientadora Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), trabalho esse que venho desenvolvendo no município de Esperança-PB, desde o ano de 2019.

Desse modo, pretendo responder às seguintes questões: Qual o papel do Pedagogo/Orientador social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)? Quais os saberes pedagógicos que constituem o trabalho desse profissional? Quais os desafios e dificuldades vivenciadas pelo Pedagogo social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na cidade de Esperança?

Para buscar responder as questões problematizadas nessa pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Descrever e analisar experiência desenvolvida pela autora desse trabalho como pedagoga social, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no município de Esperança-PB. **Objetivos Específicos:** Identificar as atividades desenvolvidas pelo pedagogo, particularmente em práticas educativas não escolares; conhecer os desafios e dificuldades vivenciados por um Pedagogo Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Esclarecemos ao nosso leitor que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Este serviço é desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Nesta perspectiva, este trabalho torna-se relevante por fomentar reflexões sobre a formação, a identidade e os diversos espaços de atuação do pedagogo, bem como promover discussões sobre a importância da Pedagogia Social, sendo está caracterizada como uma ciência que identifica e analisa os problemas sociais em

determinado ambiente, a fim de apontar caminhos para suprir as carências da comunidade, objetivando uma vida mais digna para os sujeitos em situações de vulnerabilidade social, como também a ampliação dos saberes e conhecimentos acerca do próprio curso de Pedagogia, no que diz respeito às áreas de atuação do Pedagogo, sobretudo, nas práticas educativas não escolares, que discorreremos melhor ao longo do trabalho.

Desta forma, este estudo contribui ainda para que os graduandos de Pedagogia tenham a noção da amplitude que envolve as áreas de atuação do Pedagogo na contemporaneidade, especificamente em espaços não escolares. Tais conhecimentos são de extrema importância e relevância para a valorização do curso, abrindo novas possibilidades na diversidade dos campos de atuação ao qual o profissional de pedagogia estará habilitado, (pondo um fim a falsa ideia que faz parte do imaginário social de que o curso de Pedagogia só prepara professores e professoras para brincar com as crianças).

Para fundamentar teoricamente essa pesquisa, nos acostamos aos estudos de Libâneo (1993), Machado (2002), Ferreira (2006), Freire (2006), Caliman (2010) e Saviani (2007), bem como nos documentos oficiais como: a Lei de Diretrizes e Base (LDB, 9394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2006); Conselho Nacional de Educação (CNE, 2006); Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993); Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Quanto à metodologia, este trabalho insere-se numa abordagem qualitativa de teor observacional participante, haja vista que a própria autora dele, relata sua experiência como pedagoga/orientadora social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no município de Esperança-PB.

Explicitamos que o presente estudo está estruturado em quatro momentos. No primeiro, na introdução apresentamos a problemática da pesquisa, os objetivos e alguns dos teóricos que serviram de aporte para o trabalho e a metodologia que conduziu o percurso da pesquisa. No segundo, tratamos dos campos de atuação do pedagogo, destacando alguns trabalhos científicos que abordam a temática em estudo, em seguida fazemos um breve histórico da Pedagogia Social fazendo um entrelaçamento sobre a atuação do pedagogo, mais especificamente no âmbito social, trazendo concepções e conceitos acerca do campo de atuação e da função do pedagogo neste âmbito. Posteriormente, tratamos de algumas normatizações que

regulamentam a atuação do pedagogo no Brasil. Ainda nesse item, abordamos a Lei de Assistência Social no Brasil. No quarto, apresentamos a metodologia, ocasião em que descrevemos a natureza, abordagem, o campo, os sujeitos e a nossa experiência, tecendo reflexões sobre o trabalho realizado e por fim as considerações finais com retomada ao problema de estudo, síntese dos resultados, colaboração do estudo realizado.

2 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

Em relação ao campo de atuação do Pedagogo, de maneira geral encontramos práticas educativas desenvolvidas por esse profissional voltadas unicamente aos espaços escolares. De acordo com as pesquisas, esse entendimento vem se transformando, existem outras formas do pedagogo fazer e pensar sobre os processos educativos atuando em outros espaços. Ao contrário do que muitos pensam, o curso de pedagogia vai além da formação de professores, sendo possível atuar em várias áreas, algumas pouco conhecidas, que vão além da área da educação escolar, a exemplo, do âmbito social, clínico, jurídico, ONGs, sindicatos, revistas, dentre outros. Sobre os campos de atuação, Pimenta (2011) destaca que:

O curso de Pedagogia destina-se à formação de pedagogos-especialistas que venham a atuar em vários campos sociais da educação, decorrentes de novas necessidades e demandas socioculturais e econômicas. Tais campos são: as escolas e os sistemas escolares, a pesquisa educacional, os movimentos sociais, as diversas mídias, incluindo o campo editorial, as áreas da saúde e assistência social, as empresas, os sindicatos, as atividades de animação cultural e lazer e outros que se fizerem necessário. (PIMENTA, 2011, p. 76-77)

Sendo assim, em todos os campos de atuação acima citados, o pedagogo poderá desenvolver atividades de planejamento, organização, coordenação, gestão de sistemas de ensino, assistência, formação de profissionais educacionais e formulação e execução de projetos. Logo, a Pedagogia é uma ciência que se refere à união da teoria e da prática independente do campo de atuação, e exige um conjunto de conhecimentos que devem estar interligados na formação do profissional.

Deste modo, acerca das práxis que deve existir na ação educativa, Libâneo (1993) afirma que:

A pedagogia é um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social. (LIBÂNEO, 1993, p.24).

[...] o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma Pedagogia. (LIBÂNEO, 2002, p. 51).

Portanto, de acordo com Libâneo (2002), se faz necessário uma solidez na formação humana e ética, como também uma amplitude no campo de atuação do Pedagogo, onde haja necessidade de um profissional diferenciado em seu modo de pensar e agir, comprometido com a sociedade e com o mundo ao qual está inserido.

Compreende-se então que a Pedagogia torna-se uma prática efetiva onde os educadores tem um papel importante na construção do conhecimento, como também uma atividade extremamente necessária para que haja responsabilidade em garantir uma formação capaz de articular os conhecimentos teóricos com a prática educativa.

Nessa direção, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC, 2016) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tem como foco principal, a formação de professores, sendo esta a opção primordial de seguimento de atuação para os educandos, sobretudo, pelo número de vagas que são ofertadas no mercado de trabalho.

[...] o Curso de Pedagogia da UEPB, destinar-se-á a formar pedagogas e pedagogos para o exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para a Gestão Educacional em espaços escolares e não escolares nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, comprometidas e comprometidos com um projeto social, político e ético que contribua para o processo de emancipação social dos sujeitos, com vistas a uma educação democrática de qualidade (PPC, 2016, p.44).

No entanto, apesar de constar no Projeto Pedagógico de Curso (2016) de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, o comprometimento com a formação de Pedagogos e Pedagogas para também atuarem em espaços não escolares, identificamos um currículo ainda voltado para a formação de professores e professoras. Importa alargar essas reflexões, sobretudo pela crescente ampliação da atuação do pedagogo em espaços não escolares na sociedade contemporânea, a exemplo do trabalho que desenvolvemos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo como Pedagoga/Orientadora Social.

Por esse horizonte, selecionamos alguns artigos e uma monografia que evidenciam estudos e experiências que apresentam alguns campos de atuação e funções que o pedagogo executa em espaços não escolar. Destacamos o título e aspectos dos resumos desses materiais.

Encontramos o artigo intitulado *A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO SOCIAL NO CREAS DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO NOS*

SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. Esse trabalho apresenta contribuições do pedagogo nos Centro de Referência Especializada de Assistência Social - (CREAS). O segundo texto *A PEDAGOGIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS NO BRASIL* analisa de forma crítica a história do Curso de Pedagogia e a inserção da Pedagogia Social e Educação Não-Formal nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) deste curso, levantando dados referentes às experiências de Pedagogia Social no Brasil, identificando às expectativas dos acadêmicos de Pedagogia da UEPG/PR em relação a esta área. O terceiro artigo intitulado de *PEDAGOGO/EDUCADOR SOCIAL E OS NOVOS CAMPOS DE ATUAÇÃO* discute os novos papéis, funções e campo de atuação do Pedagogo. Não existe uma concepção fechada de quem realmente é o pedagogo/orientador social, e é nesse contexto que o presente estudo tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre, sua formação, seu meio de atuação. O quarto, *PEDAGOGIA SOCIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROJETO SIGNIFICARTE, TECENDO SIGNIFICADOS POR MEIO DA ARTE* apresenta experiência vivenciada na Residência Pedagógica Supervisionada, desenvolvida no Projeto SignificARTE – tecendo significados por meio da arte. Essa experiência possibilitou um processo formativo que ultrapassou o espaço sala de aula, possibilitando uma riqueza de conhecimentos teóricos e práticos na área de Pedagogia Social.

No quarto texto o qual tem o título *PEDAGOGOS CONSTRUINDO SUAS IDENTIDADES: ENTRE A DISCRIÇÃO E ESCOLHAS* discute sobre as identidades dos pedagogos, tendo como referência principal as múltiplas dimensões que são oferecidas e as atividades que esses profissionais assumem no campo de trabalho. Podemos compreender que no processo de construção da identidade do pedagogo, coexistem duas disposições: uma escolhida e estruturada na formação acadêmica, e outra urdida no dia a dia através das reais condições estruturais e conjunturais encontradas nas escolas. Concluímos que a concepção acadêmica sobre a identidade do pedagogo foi transformada, mas as estruturas administrativas escolares permaneceram quase intactas. O resultado disso é uma precarização do trabalho do pedagogo, que passa a assumir praticamente todas as demandas que envolvem alunos e professores nas escolas.

No quinto, localizamos uma monografia *PEDAGOGIA SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO PEDAGOGO NOS CENTROS DE*

CONVIVÊNCIA COM IDOSOS. Este estudo trata da Pedagogia Social, em especial da importância do papel do pedagogo atuando junto aos centros de convivência para os idosos, com o intuito de propiciar um envelhecimento ativo e com qualidade de vida. Desse modo, traz algumas considerações sobre Pedagogia Social, o trabalho do pedagogo com essa faixa etária, o que são centros de convivência e como funcionam na prática e sobre envelhecimento e qualidade de vida. Assim, compreendendo melhor como está sendo realizada a pedagogia para a terceira idade e a importância de organizar espaços e vivências para um envelhecimento mais prazeroso para as pessoas, assim, conhecendo mais o papel do pedagogo e as contribuições que ele pode trazer em benefício ao idoso em centros de convivência, sendo este profissional capacitado para desempenhar determinadas funções que lhe permita atuar como mediador e articulador da aprendizagem em uma determinada organização. Portanto, o educador passa a atuar em espaços mais amplos, sendo diversificadas as suas atividades, podendo ser de caráter social, educacional e/ou cultural, além de envolver relações de humanidade.

Como podemos perceber a atuação do pedagogo está para além dos muros da escola, se expandindo para diversos espaços não escolares, onde são necessários os saberes educativos deste profissional. O pedagogo traz em sua formação saberes que lhe permitem atuar de maneira diversificada, utilizando seus conhecimentos para elaborar, planejar, avaliar e organizar atividades e ações, que favoreçam aprendizagem dos indivíduos participantes.

Dentre os artigos supracitados, destacamos o quinto, que fala sobre a pedagogia social e a atuação do pedagogo no SCFV com idosos, visto que pode contribuir de forma significativa para as discussões que trazemos nesse estudo e por abordar a atuação do pedagogo nos centros de convivência, explicando a importância deste profissional e quais as funções que o mesmo exerce.

2.1 Pedagogia Social: contexto histórico e atuação

Para Libâneo (2010) a Pedagogia Social é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo das questões da sociedade e da formação para o desenvolvimento humano. Está baseada nas práticas de Educação Popular, Educação Sociocomunitária e de Educação não escolares, visando à inclusão social e a formação cultural de grupos marginalizados e indivíduos em situação de

vulnerabilidade social, como a população indígena, os quilombolas, a população rural, as crianças carentes, os deficientes físicos e mentais, dentre outros.

O termo pedagogia social surgiu na Alemanha e foi aplicado primeiramente por K. F. Magwer (1844), na "Pedagogische Revue", posteriormente pelo pedagogo A. Diesterweg (1850), e mais tarde com o filósofo Paul Natorp (1898) que se tornou o criador desse ensino, onde o mesmo sintetizou e fundamentou a primeira obra sobre pedagogia social, que se intitula por "Pedagogia Social: Teoria da Educação e da vontade sobre a base da comunidade".

No entanto, conforme Caliman (2010), a pedagogia Social se define como:

[...] uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais. (CALIMAN, 2010, p. 352).

Neste aspecto, a Pedagogia Social surge então, com a necessidade de mediar metodologias de intervenção para as classes menos desfavorecidas e como uma das naturezas de desenvolvimento da educação não formal. Diante disso, o conceito de Pedagogia Social se expandiu atrelando a educação fora do âmbito da escola e da família sendo entendida também como uma tarefa educativa social e estatal em que suas experiências vão além do contexto familiar e escolar.

No Brasil, a Pedagogia Social é abordada como uma pedagogia crítica e emancipadora dos indivíduos, ocupando-se particularmente da educação social, buscando analisar as condições de desigualdades sociais, e da superação das vulnerabilidades às quais estes indivíduos estão expostos com um intuito educativo (CALIMAN, 2010).

A Pedagogia Social, de acordo com Caliman (2010) traz em sua essência uma perspectiva teórica que surgiu do âmbito acadêmico e que possui viés profissional, enquanto a Educação Popular emerge das comunidades que por muitas vezes tem pouco ou nenhum vínculo acadêmico e atua, sobretudo, com elementos da cultura popular como expressão do cotidiano, na luta em busca por dignidade e justiça para todos. Portanto, a diferença está na práxis pedagógica, pela ação concreta de reconstrução da cidadania de diferentes sujeitos em situações de vulnerabilidades. O saber-fazer é uma premissa importante para aqueles que trilham os caminhos da Pedagogia Social. E neste sentido, os educadores são desafiados

constantemente a uma reflexão de sua prática na busca por construir saberes e metodologias consistentes com o contexto social no qual estão inseridos.

É inevitável falar em Pedagogia Social sem falar de Paulo Freire e em suas obras, a exemplo da Pedagogia do Oprimido (2005) que propõe uma educação popular emancipatória com autonomia a fim de transformar o educando em um ser crítico e democrático. Freire (2005) idealizou a pedagogia popular desenvolvendo um método de alfabetização e conscientização de jovens e adultos, respeitando e valorizando o que o educando trazia como experiência de vida. Em sua obra ele afirma que:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2005, p. 43)

Freire (2005) desenvolveu um trabalho pedagógico que vislumbra a Educação como um ato libertador, através do qual as pessoas seriam agentes que operam e transformam o mundo. Sua obra é vista sob a ótica do sujeito-objeto onde o educando é visto como sujeito da história, através de um processo de reflexão crítica de transformação, e a ótica da autonomia, onde o educando é visto como um ser autônomo em que o mesmo pode agir como elemento transformador do mundo, ponto chave do processo educacional proposto pelo autor.

Ao falar sobre a Pedagogia Social, diz Freire (2005) que é possível perceber uma preocupação com a inclusão social, em especial com os indivíduos que estão em situações de vulnerabilidades sociais, como por exemplo, os casos de negligências e abandono, situações de riscos, trabalho infantil, dentre tantos outros. A Pedagogia Social busca contribuir com o protagonismo dos desfavorecidos a superação destes indivíduos diante das dificuldades encontradas no cotidiano.

Para Freire (2005) a Pedagogia social vai muito além da escola, ela decorre principalmente de uma educação popular que perpassa pela educação formal, movimentos religiosos e/ou sociais que visam à educação de crianças e adultos, sobretudo os menos favorecidos.

2.2 Normatização de Atuação do Pedagogo no Brasil

Verificamos o aparecimento de espaços educacionais não escolares, que abrem novos campos de atuação para o Pedagogo. As atividades educativas intencionais ultrapassam os domínios da escola aparecendo em outras instituições sociais, como: ONG's, Hospitais, Empresas, Projetos sociais, etc. Trata-se de um novo espaço de atuação para o pedagogo; uma nova demanda que se faz presente; espaço não escolar em que o profissional da pedagogia com suas teorias e metodologias sem dúvida pode contribuir e intervir em termos formativos no âmbito da diversidade social e cultural.

No que diz respeito às finalidades e objetivos da formação do Pedagogo na atualidade, acessamos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2006) para o Curso de Pedagogia que foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2006). O CNE traz em sua resolução nº 1/2006 novos avanços no que diz respeito às discussões sobre as minorias excluídas e a defesa dos seus direitos básicos, propiciando o respeito à diversidade dos educandos e valorização de suas identidades.

As DCNs estabelecem como campo de atuação do pedagogo, prioritariamente à docência, na educação infantil (creche e pré-escola), nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano), nas matérias pedagógicas de ensino médio, e no apoio e serviço escolar para educação profissional. Existem também outras áreas que exigem conhecimentos pedagógicos, que incluem a pedagogia hospitalar, a pedagogia empresarial e a pedagogia social, esta que é objeto do nosso estudo.

No artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), consta que o pedagogo assim que tenha concluído a graduação, pode também atuar na gestão escolar, que inclui as funções de supervisão escolar, orientação educacional, inspeção, coordenação, administração e o planejamento escolar, não havendo a necessidade de uma especialização específica, desde que o curso seja *lato sensu*, e esteja previsto em sua grade curricular.

No que diz respeito à formação docente a LDB estabelece ainda em seu art. 64:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

Em dezembro de 2005, após um longo debate em torno sobre o Curso de Pedagogia no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou um parecer no qual indicava que a formação dos especialistas (Orientador Educacional, Supervisor Escolar, entre outros) entraria em regime de extinção na graduação, devendo ocorrer na pós-graduação *lato sensu*, aberta para todos os licenciados, contrariando o art. 64 da LDB que garantia a formação desses especialistas no curso de graduação em Pedagogia ou na pós-graduação *lato sensu*.

Em razão dessa irregularidade legal, o parecer retornou ao CNE para adequar-se, segundo despacho do Ministro da Educação, à citada lei, e após as devidas adequações, em fevereiro de 2006 o CNE enviou ao MEC o Parecer CNE/CP nº 3/2006, base para a Resolução CNE/CP nº 1/2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (BRASIL, 2006). Assim, consta no art. 14 da CNE que:

A Licenciatura em Pedagogia, nos termos dos Pareceres CNE/CP nºs 5/2005 e 3/2006 e desta Resolução, assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96. § 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados. (BRASIL/CNE, 2006, p. 5)

As DCNs, também determinam em seu art. 5 inciso IV que:

[...] os concluintes do curso de Pedagogia deverão estar preparados para trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (BRASIL, 2006, p.2).

Podendo atuar também em outras áreas a partir dos conhecimentos pedagógicos aprendidos no curso. Tais questões deram abertura a novas possibilidades sobre a formação de educadores para atuação em ambientes "não escolares". O documento das Diretrizes revela que a inclusão desta temática na formação do Pedagogo proporciona o respeito à diversidade dos educandos e valorização de suas identidades.

Enfatiza-se ainda que grande parte dos Cursos de Pedagogia hoje tem como objetivo central à formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não escolares. Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos. (BRASIL, 2005, p. 5)

Agora, após a Resolução nº 1/2006, o curso de Pedagogia passa a se organizar em três grandes eixos, nesta ordem de importância: docência, gestão e produção de conhecimento. Mediante os conceitos apresentados, torna-se possível perceber que a prática do pedagogo não está limitada apenas a sala de aula, e que os espaços de atuação desse profissional se ampliam para as diversas áreas onde há necessidade de práticas educativas específicas, assim como preconiza a Resolução.

Diante das novas responsabilidades para a formação dos Pedagogos, citada no documento acima é possível observar que as vivências sociais da atualidade têm exigido novas adequações profissionais. No entanto, a concepção de Docência como base de atuação deste profissional ainda apresenta controvérsias para muitos estudiosos e têm implicações na formação dos pedagogos.

Libâneo (2006) ressalta a relevância de uma base científica para atuação do pedagogo para que atue tanto em espaços diversificados, quanto em espaços escolares e não escolares. Para ele, esse profissional precisa aprender a refletir de forma crítica, científica e teórica para que possa agir de maneira comprometida, competente e responsável nos diferentes campos de atuação, considerando os diversos contextos e classes sociais.

Nesse sentido, acreditamos serem necessárias reflexões sobre os aspectos sociais presentes na Educação, e consideramos relevante que as novas Diretrizes da Pedagogia indiquem uma formação mais geral do educador, valorizando espaços educacionais que vão além da escola, integrando conceitos na formação do pedagogo que o favoreça no pensar, refletir, agir, transformar, articular, direcionar e coordenar ações e práticas educativas que ultrapassem os muros da escola.

Mediante os entendimentos apresentados acima, torna-se possível perceber que a prática do pedagogo não está limitada apenas a sala de aula, e que os

espaços de atuação desse profissional se ampliam para as diversas áreas onde há necessidade de práticas educativas específicas, assim como preconiza a resolução do CNE Nº 1/2006.

2.3 Discussões acerca da atuação do pedagogo: perspectivas e desafios

Diante do exposto, Libâneo defende que [...] “O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não formal.” (LIBÂNEO,1999, p.20), ou seja, as vivências das práticas educativas ultrapassam os espaços escolares e se faz necessário, pedagogos capacitados para atuarem nos diversos espaços sociais. Nessa perspectiva:

O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *Stricto Sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender as demandas socioeducativas de tipo formal e não formal e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, a produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional, etc. (LIBÂNEO,2007, p.31)

Não obstante as ideias e concepções de atuação do pedagogo que nos aponta Libâneo (2007) apresenta-se um grande debate acerca do tema que trazem alguns estudiosos da pedagogia social no Brasil, a exemplo de Machado (2002) e Ferreira (2006), os quais analisaram as estruturas curriculares mais atuais dos cursos de Pedagogia e observaram novas concepções de educação as quais contemplam a Pedagogia Social.

Segundo Machado (2002) e Ferreira (2006), as indicações de currículos mínimos como referências nacionais para os cursos de Pedagogia foram marcadamente impostas em três regulamentações nos anos de 1939 (ano de criação e implantação do curso), 1962 (aprovação do parecer estabelecendo novo currículo mínimo e nova duração para o curso) e 1969 (quando foi homologado novo parecer dando possibilidades ao curso de pedagogia de habilitações técnicas,

formando especialistas voltados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração e orientação educacional).

Nessa direção Machado (2002), destaca que: “a Pedagogia Social se insere no debate que a concebe como (a) ciência que referenda política de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista, justificando-se assim, a dimensão teórico-prática nesta discussão.” (MACHADO, 2002, p.1), por conseguinte, a pedagogia se apresenta como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais.

Ferreira (2006) aponta que a Pedagogia “nasceu das necessidades próprias de espaços sociais cujos contornos educativos não estão claros, o que lhes deixa, muitas vezes, à margem de projetos educacionais intencionalmente estruturados.” (FERREIRA, 2006, p. 2). No entanto, aos poucos, os espaços não formais passaram a discutir sobre políticas sociais públicas para diferentes setores da sociedade, possibilitando assim a participação da mesma, embora que, por vezes limitada.

Como podemos perceber, as discussões a respeito da formação e atuação do Pedagogo apresentam opiniões divergentes entre os estudiosos desta temática, sobretudo, quanto à posição de Libâneo. Alguns pesquisadores acreditam que suas posições dividem a formação em dois grupos, o grupo dos pensadores e o grupo dos atuantes.

Também não podemos nos esquecer das importantes contribuições de Paulo Freire, que se tornam bastante relevantes, sendo ele um educador que lutou pela construção da educação emancipatória e social, dedicado e comprometido com a causa dos marginalizados e que deixou um importante legado de esperança para transformações sociais possíveis. A respeito da educação, Freire afirma que:

[...] é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué. (FREIRE, 2006, p. 45).

Freire (2006) enxergou a educação como um meio de libertação, que possibilita debate, diálogo e discussão. Somente por meio da educação é possível compreender a realidade circundante, sendo assim possível escrever uma nova

história de mudanças e de transformações sociais e emancipatórias com vistas a uma educação autônoma para além da escola, uma educação social.

Como já observado, existem muitas divergências em relação à formação do pedagogo, e acreditamos que essas divergências ocorrem pelo fato de ainda não existir muita clareza em torno dos novos espaços de atuação a.

Em vista disso, é possível constatar que são diversas as possibilidades de atuação voltadas ao pedagogo existentes hoje no mercado de trabalho, cabendo ao profissional uma atuação diversificada dentro e fora do ambiente escolar.

Diante deste leque de possibilidades, iremos destacar aqui a Pedagogia Social, a qual nos comprometeu a conhecer com mais profundidade e que constitui o objeto de estudo deste trabalho. Tendo em vista ser o campo de atuação que me encantei e que venho me dedicando a conhecer e atuar nos últimos anos. Sobretudo por se tratar de uma área mais voltada às classes mais vulneráveis da nossa sociedade, um público a quem dedico meu olhar especial.

Nesse contexto, trazemos para discussão a Assistência Social que trata de uma política pública voltada a essa classe menos desfavorecida. Dentro dela encontramos a Proteção Social Básica (PSB), que tem como um dos seus instrumentos o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

2.4 Sobre a Lei e a Política Nacional de Assistência Social no Brasil

A Assistência Social foi estabelecida através dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e compõe o tripé da Seguridade Social no qual é formado pela a saúde, previdência e assistência social. Caracteriza-se como direito social por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, promulgada em 1993, a qual deve garantir os direitos de “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.” (BRASIL, 2005).

A LOAS teve sua construção fundamentada nos princípios de prioridade na “supremacia do atendimento às necessidades sociais.” (BRASIL, 2011), na universalização dos direitos sociais, na igualdade do acesso ao atendimento, divulgação sobre os programas, serviços e benefícios, bem como suas formas de acesso. Após alterações através da Lei 12.435/2011, incluiu mudanças nas formas de execução da política de assistência, dentre elas estão à proteção social, a garantia de vida e a prevenção de riscos como objetivos aos grupos específicos.

Dentre as mudanças que ocorreram, destaca-se a forma de execução da política, antes realizadas através de organizações e entidades de assistência social de forma descentralizada e participativa, passando a ser organizado por um sistema denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foram então incluídos na LOAS os seguintes programas sociais: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No que tange a proteção social, esta tem como objetivos, prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e está dividida em básica e especial, sendo definidas como:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (BRASIL, 1993, p. 9)

Os serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica devem ser articulados com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos. Devem também se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários. Estes serviços precisam ser executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e/ou em outras unidades básicas e públicas de assistência social.

Dentro do CRAS encontramos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Veículos (SCFV) que atua diretamente com o público que se encontra em situação

de vulnerabilidade, desenvolvendo ações que promovam o sentimento de pertencimento e de identidade dos usuários, além de incentivar a socialização e a convivência comunitária e promover o desenvolvimento das potencialidades, a partir das atividades realizadas em grupo.

O SCFV é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O programa é desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Este serviço foi primeiramente, regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009 e reordenado, anos depois, pela Resolução nº 01/2013. O público alvo refere-se à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, chamados de usuários, cujo programa oferta novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para o planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.

A importante tarefa deste programa é a garantia de direitos, assim como preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantindo a efetivação do direito à convivência familiar e à proteção da família, e visando o enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, além de situações discriminatórias e estigmatizantes.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (BRASIL, 2004)

O direito ao convívio é assegurado, por meio de um conjunto de serviços ofertados por órgãos públicos que visam à convivência, à socialização e à acolhida de famílias cujos vínculos familiares e comunitários precisam ser protegidos. O enfrentamento das situações de vulnerabilidades é realizado por meio de ações centradas no fortalecimento da autoestima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade. Dentre estes, encontra-se o SCFV, que promove e executa tais ações voltadas para os usuários cadastrados no programa.

O SCFV é voltado para quem dele necessitar, priorizando, sobretudo, indivíduos pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, como Bolsa Família (Auxílio Brasil) ou com algum tipo de deficiência, por demanda espontânea ou encaminhada pelo CRAS, Conselho Tutelar e CREAS do município.

O público alvo é composto por crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, adultos de 18 a 59 anos e idosos acima de 60 anos, divididos em grupos, separados por faixa etária, no entanto é de suma importância inserir ações intergeracionais. Cada grupo geracional é referenciado por um técnico (profissional de nível superior) e um monitor de oficinas.

Assim como na BNCC que rege a educação, o SCFV tem como eixos norteadores que acompanham todos os ciclos de vida do usuário. São eles: a *convivência social*, considerada o principal eixo do SCFV, por traduzir a essência dos serviços da Proteção Social Básica, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O *direito de ser*, que estimula o exercício da infância e da adolescência, por meio de atividades que promovem a troca de experiências e potencializam a vivência em cada ciclo de vida. E a *participação*, que através da oferta de atividades do SCFV, busca estimular a participação dos usuários nos diversos espaços de controle social, e através da família, comunidade e escola, assegurando dessa forma o seu papel como sujeito de direitos e deveres.

O principal objetivo do SCFV é desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade do usuário. Além de incentivar a socialização e a convivência comunitária e a promoção das suas potencialidades, a partir das atividades realizadas em grupo.

Dentre os profissionais que compõem as equipes de referência SUAS está o Orientador Social. Esse profissional atua diretamente em ações que têm por objetivo

o impacto social previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para cada serviço, programa ou projeto realizado pelo SUAS.

Diante disto, é importante ressaltar a lei que garante a atuação do Pedagogo para integrar as equipes de referência dentro do SUAS. No art. 2 da Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, aponta o pedagogo como trabalhador da categoria profissional que poderá atender as especificidades dos serviços Socioassistenciais.

Art. 2º § 3º: São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; **Pedagogo**; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta. (BRASIL, 2011)

Esses atendimentos visam à finalidade de estruturar e organizar melhor os serviços tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade. Consta também na mesma resolução, em seu artigo terceiro que o Pedagogo também poderá atuar na gestão SUAS.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho nos acostamos a uma metodologia de natureza qualitativa, com abordagem observacional participante e de campo em que se pretende descrever e analisar mediante as demandas expressas pelas Diretrizes Curriculares para formação do Pedagogo, quais atividades são desempenhadas pela Pedagoga/Orientadora Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), autora desse trabalho.

Para Lüdke e André (1986, p.18), o estudo qualitativo “é o que se desenvolve uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Diante disto, a observação participante é um método bastante utilizado em pesquisas qualitativas, respaldada na inserção do pesquisador em sua própria pesquisa, ou seja, ele passa a tornar-se parte dela, interagindo, compartilhando e ressignificando as situações observadas e vivenciadas. Como afirma Malheiros (2011):

[...] um professor (um pedagogo- acréscimo *nosso*) pode coletar dados para uma pesquisa na sala de aula na qual é regente, sendo, portanto, uma observação participante. Por outro lado, ao coletar dados observando alunos de uma escola da qual ele não faz parte torna-se apenas um investigador que coleta dados, mas não participa da realidade (MALHEIROS, 2011, p. 190).

Portanto, de acordo com Malheiros (2011), é através da observação participante que o pedagogo se envolve no contexto histórico, social e cultural do sujeito, podendo assim, traçar metas, planejar ações e contribuir de forma expressiva com o processo de aprendizagem do indivíduo, tornando-se parte integrante na construção do conhecimento.

3.1 Coleta dos dados

Nessa pesquisa, a coleta de dados se deu através do diário de campo e dos relatórios nos quais anotamos as nossas observações após o desenvolvimento das atividades, dos planejamentos, das oficinas, das buscas ativas que eram realizadas sempre que uma criança ou adolescente apresentava evasão na frequência do SCFV, escutas, entre outras, com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela

pesquisa em destaque, na tentativa de se compreender o problema levantado, ou seja, quais são as atividades desenvolvidas pela pesquisadora.

O registro escrito dos acontecimentos é um instrumento importante na pesquisa, pois proporciona ao pesquisador/a registrar impressões, observações, ideias, sentimentos e inquietações que poderiam ser esquecidos com o tempo. De acordo com Nóvoa (2009, p. 182 apud SILVA e GASPAR, 2018, p.209), “o registro escrito, tanto das vivências pessoais como das práticas profissionais, é essencial para que cada um adquira uma maior consciência de seu trabalho e da sua identidade.”

Desse modo, fomos lendo os relatórios, tomando nota daquilo que consideramos pertinente para pesquisa, a partir das minhas observações sobre os acontecimentos diários, sempre questionando, refletindo sobre as vivências, buscando ver o meu campo de atuação e as atividades realizadas por mim como Pedagoga/Orientadora Social.

3.2 Campo de Pesquisa e Sujeitos

Realizamos a pesquisa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no município de Esperança, para entendermos a atuação desse programa na referida cidade, explicamos que este foi implementado em janeiro de 2013 e conta com uma sede (local cedido pela prefeitura), situada na zona rural do município, a 4 km de distância da cidade, numa escola que foi desativada por falta de alunos. A sede conta com sala de dança com espelho e barras, sala de jogos com mesa de tênis, pebolim, dominó, tabuleiros de dama e xadrez, jogos educativos, material esportivo (bolas, raquetes, rede de vôlei, cones, bambolês, etc...), sala de música com violões, flautas doce, teclado e instrumentos de percussão, brinquedoteca e sala de vídeo. Possui ainda, refeitório amplo, almoxarifado, sala da coordenação, cozinha, área de serviço, quadra de esportes e área livre arborizada.

O programa funciona com atendimento ao público, quatro dias por semana, nos turnos matutino e vespertino, seguindo a escala de contra turno escolar dos usuários. Para o deslocamento dos usuários e equipe técnica a prefeitura do município disponibiliza um ônibus escolar. Os usuários que frequentam a sede são crianças e adolescentes de 06 a 17 anos. Os demais grupos já citados são

atendidos em outras sedes e horários, por falta de espaço capaz de comportar a atual demanda.

A equipe do SCFV é composta por um técnico de referência (nível superior), que hoje se trata de uma pedagoga (Eu), exercendo também a função de Orientador(a) Social, quatro monitores de oficina (nível médio), uma auxiliar de serviços gerais e uma merendeira.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A proposta deste trabalho partiu da experiência de minha atuação junto ao SCFV enquanto pedagoga, no município de Esperança-PB, que teve início no segundo semestre do ano de 2019 quando fui chamada a assumir o papel de orientadora social, função exercida pelo pedagogo no município de Esperança. No ano seguinte, em 2020, fui convidada a também assumir a função de coordenadora ou técnica de referência do programa. Agora, além da orientação social, assumi a responsabilidade de exercer também as funções de coordenar a equipe técnica, administrar o programa e alimentar o Sistema de Informações do Serviço de Convivência (SISC), uma ferramenta de gestão do SCFV em âmbito municipal, distrital, estadual e nacional, por meio dele, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realiza a aferição dos atendimentos realizados para a provisão do cofinanciamento federal.

4.1 Atribuições do Pedagogo/orientador social: um trabalho colaborativo

Dentre as atividades desenvolvidas pelos grupos do SCFV do qual faço parte, destacam-se as de natureza artístico-cultural, esportivas e lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosas, violentas e traumáticas vivenciadas pelos usuários. As oficinas são ofertadas pela equipe de referência que é composta por orientador social e/ou um técnico de referência, que em nosso caso, se trata de uma Pedagoga que assume as duas funções. O orientador social/pedagogo deve ser responsável por ações ligadas ao desenvolvimento das atividades nas oficinas junto aos usuários.

O trabalho desempenhado pelo pedagogo/orientador social no SCFV busca promover o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, por meio de campanhas, palestras, atividades em grupo, oficinas e discussões. Mediante um ambiente acolhedor com foco na atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade ou risco social. Entendemos que cada sujeito, cada família que frequenta ou que busca os nossos serviços são homens e mulheres ontologicamente reflexivos, que tem a capacidade de se relacionar, modificar, transformar a si mesmo

e o mundo onde habita como nos adverte Freire (1983, p. 39) “[...] O homem ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Está com o mundo é resultado de sua abertura à realidade, que o faz ser um ente de relações que é”.

O papel do orientador social é fundamental para o desenvolvimento das atividades socioeducativas e o acesso das famílias e indivíduos aos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ofertados pelo SUAS. Seu cotidiano requer habilidades específicas, aliadas aos conhecimentos no campo dos direitos humanos, sociais, educacionais, dentre outros, a fim de planejar, organizar, refletir e avaliar suas ações e intervenções, incorporando seus conhecimentos teóricos e práticos, assim como a reflexão sobre sua própria prática educativa que desenvolve. Nessa direção, entendemos que a prática educativa que desenvolvemos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo é uma forma de intervenção no mundo (Freire, 1997).

Na convivência diária, na realização das atividades de socialização a exemplo das oficinas que são realizadas em grupo, na escuta através da orientação social com a pedagoga, psicóloga ou outro profissional capacitado e na partilha por meio de palestras, momentos de discussões e debates mediados pelo orientador social, que busca informar, sensibilizar e assegurar aos sujeitos, o direito de reconstrução da autonomia, autoestima e convívio. Utilizamos de diferentes metodologias que contemplam as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e de ações intergeracionais. Assim, buscamos resgatar a vocação ontológica de ser mais de cada sujeito que participam das atividades.

Em relação às metodologias, utilizamos a prática dialógica como eixo condutor no desenvolvimento de todas as atividades, criando situações que fomentem a partilha e a convivência, para que os sujeitos se sintam seguros para partilhar seus medos, angústias, receios, esperanças e sonhos, como diz Freire (1996):

Me sinto seguro porque não há razão para me envergonhar por desconhecer algo. Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente (*do pedagogo* - grifo nosso) (FREIRE, 1996, p. 153)

É função do orientador social, planejar e avaliar as atividades ou ações, montagem de cronogramas, horários, distribuição de tarefas, coordenação de reuniões com a equipe, elaboração de relatórios, rodas de conversas reflexivas, elaboração de estratégias sejam elas individuais ou coletivas, organizar e facilitar as oficinas, como também, incentivar a participação dos usuários, para que assim ele possa acompanhar orientar e monitorar a frequência e o desempenho de cada usuário inscrito no programa. Desta forma, o educador poderá avaliar melhor se os resultados esperados foram alcançados e, portanto, para que isso ocorra, conforme aponta Libâneo, (1994, p.22) o planejamento é de grande importância por tratar-se de: “Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente/*pedagogo (acréscimo da autora)* articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”.

Também faz parte das atribuições do pedagogo/orientador social o processo de mobilização e organização de campanhas Intersetoriais nos territórios do município para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social ou pessoal e violação de direitos, motivando as equipes da rede, sugerindo e planejando, coordenando e orientando as ações propostas de acordo com as temáticas previstas, proporcionando uma gestão integrada, capaz de responder com eficácia a solução dos problemas da população. Nosso objetivo é formar os indivíduos para assumir seu papel na sociedade, no trabalho, em sua forma de agir e estar na vida pública, de forma consciente e responsável.

Cabe ainda ao orientador social, assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho, bem como promover o acesso a oficinas de qualificação profissional e geração de renda, como por exemplo: Artesanato, Inclusão digital, Designer de sobancelha, Manicure, Maquiagem, Auxiliar de Cabelereiro, Corte Costura, entre outros, como também, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra a exemplo do Jovem aprendiz.

Mas, para que o trabalho aconteça de fato, é preciso que haja incentivo a participação, monitoramento, acompanhamento de todas as ações propostas, por parte do orientador, bem como, de toda equipe envolvida. A divulgação do trabalho nas redes e o acolhimento das crianças e jovens no programa, também gera uma busca constante por vagas no serviço que é ofertado. “A grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que fazem o homem acomodado ou

ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga.” (FREIRE, p. 43, 1983). A ideia de Freire é de que o homem é um ser inacabado que está em constante evolução, mas que deve romper com as situações de desumanização o qual estão inseridos. Estes indivíduos são chamados a fazer parte da história, se envolvendo na construção da sociedade os quais fazem parte, rompendo com barreiras que lhe são impostas.

Além das atividades que devem ser realizadas no SCFV, a equipe técnica, composta pelo técnico de referência, orientador social e monitores ou facilitadores de oficinas, em comunhão com a coordenação do CRAS, é responsável por realizar reuniões periódicas, a fim de criar estratégias para os fluxos de encaminhamentos, planejando ações conjuntas e avaliando, de forma periódica, os procedimentos adotados.

Diante desse processo (LUCKESI, 2000. p.3), afirma que “Em síntese, avaliar é um ato pelo qual, através de uma disposição acolhedora, qualificamos alguma coisa (um objeto, ação ou pessoa), tendo em vista, de alguma forma, tomar uma decisão sobre ela”. Percebesse que o processo de avaliar é também atribuir valor a algo, no entanto, a avaliação não serve apenas para qualificar o resultado alcançado, mas, como um instrumento que visa contribuir, por exemplo, para a compreensão das dificuldades de aprendizagens que se apresentam no processo.

Nesses encontros são planejadas as ações a serem realizadas de acordo com os temas transversais que devem ser trabalhados com os sujeitos do SCFV, tanto nos grupos, quanto em nível de secretaria municipal, bem como, as oficinas que serão ofertadas periodicamente, avaliação dos trabalhos já realizados pela equipe, alinhando as necessidades dos usuários com as demandas que são direcionadas, ampliação de serviços, cronogramas de busca ativa, eventos e possíveis melhorias estruturais na sede do programa. Sem esquecer-se do planejamento das demandas diárias de materiais e produtos para a manutenção do serviço que é ofertado.

4.2 Atividades desenvolvidas no SCFV: desafios e possibilidades

Assim como já foi descrito acerca das atribuições do Orientador Social, vamos discorrer sobre algumas atividades que foram desenvolvidas e realizadas no ano de 2021, considerando o contexto de Pandemia do Covid -19, ainda existente, na sede

do SCFV do município de Esperança, campo de atuação que serviu de base para estudo e construção deste trabalho de conclusão de curso.

Dentre as diversas atividades educativas desenvolvidas no SCFV, podemos destacar algumas ações que foram realizadas de forma a garantir os direitos das crianças e adolescentes, como a campanha de conscientização do dia 18 de maio, que tratou do combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes.

Esta campanha, realizada anualmente em todo Brasil, chama a atenção da sociedade para a importância e o cuidado na defesa de crianças e adolescentes, sobretudo no cenário atual de Pandemia em que ainda nos encontramos, onde as crianças e adolescentes se tornaram mais vulneráveis a tais práticas abusivas, longe dos olhos dos educadores e sociedade civil como todo.

Como forma de trabalhar esta temática, a equipe técnica desenvolveu um material de audiovisual (vídeos, cartazes e banners) que foram amplamente divulgados nas mídias sociais (Imagem 1), em grupos de rede social (whatsapp) onde os usuários fazem parte e meios de comunicação do município.

Imagem 1 – Banners de divulgação da Campanha “Maio Laranja”.



Fonte: Secretaria de Assistência Social (Prefeitura Municipal de Esperança)

Os cartazes utilizados na campanha foram confeccionados em casa pelos jovens com a orientação previa por meio de textos de apoio e material entregues

pela equipe. Infelizmente, por conta da Pandemia, este ano não foi possível reunir o grupo de forma presencial para realização de palestras e debates sobre o tema, como acontece normalmente, no entanto, foram divulgados vídeos de acompanhamento remoto nos grupos de whatsapp, produzidos pela equipe do SCFV, orientando os pais, crianças e jovens sobre a campanha.

Também foram entregues aos usuários, textos, pinturas e materiais para construção de cartazes e do girassol que é símbolo da campanha. As flores feitas de EVA foram confeccionadas pelas crianças, com apoio dos pais, tendo em vista que estávamos em situação de isolamento social, foram coladas no letreiro da praça central da cidade (Imagem 2), marcando a culminância do trabalho desenvolvido durante o mês de maio. Toda essa ação foi registrada e divulgada nas redes sociais da prefeitura, como forma de difundir o trabalho realizado pela equipe e usuários.

Imagem 2 - Culminância da Campanha “Maio Laranja”.



Fonte: Arquivo pessoal

Também realizamos com a equipe e o público atendido no SCFV, à campanha alusiva ao dia 12 de junho, que marca a luta contra o Trabalho Infantil. A campanha tem como objetivo, sensibilizar e motivar uma reflexão junto à sociedade sobre as consequências do trabalho infantil e a importância de garantir às crianças e adolescentes o direito de brincar, estudar e sonhar, vivências que são próprias da infância e que contribuem decisivamente para o seu desenvolvimento.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Define-se como trabalho infantil toda atividade exercida por pessoa abaixo da idade mínima

permitida por lei para aquele ofício” (BRASIL, 2013). Além disso, a Constituição Federal de 1988, ao especificar o trabalho como um direito social, estabeleceu em seu artigo 7, alínea XXXIII, que “o trabalho noturno, perigoso ou insalubre deveria ser proibido aos menores de 18 anos e que aos menores de 14 anos qualquer trabalho seria proibido, exceto na condição de aprendiz.” (BRASIL, 1988). Portanto, cabe ressaltar a importância de realizar ações de enfrentamento a esta prática abusiva.

Diante disso, a equipe técnica do SCFV, com intuito de inibir eventuais situações de trabalho infantil no município de Esperança, realizou busca ativa na feira livre da cidade e no comércio da cidade, a fim de identificar possíveis casos de trabalho infantil naquele determinado ambiente, como também, orientar os pais sobre os riscos de tais práticas e realizar o cadastro das crianças e adolescentes que se encontram neste meio, no programa, para que possam ser acompanhadas e retiradas da situação em que se encontram. Com esta ação foi possível identificar alguns casos de trabalho infantil e cadastrar as crianças e adolescentes relacionadas, no programa, para que fossem acompanhadas pelo serviço e pela rede de assistência do município.

Assim como na campanha do “Maio Laranja”, também foram confeccionados materiais de audiovisual para divulgação da campanha do Trabalho Infantil, com toda equipe de coordenadores da Secretaria de Assistência do Município, a fim de gerar informação acerca do tema para toda população (Imagem 3). Por conta da pandemia, as redes sociais se tornaram o meio mais importante de propagação das ações e campanhas realizada.

Imagem 3 - Produção de material audiovisual para campanha “12 de Junho”.



Fonte: Arquivo pessoal

Também foi realizada a entrega de atividades impressas acerca dos temas trabalhados, um meio de encurtar a distância entre os sujeitos atendidos e equipe técnica, tendo em vista que ainda enfrentamos um contexto de pandemia, favorecendo principalmente o público que não tem acesso aos meios digitais (Imagem 4).

Imagem 4 - Atividades Impressas entregues em casa



Fonte: Arquivo pessoal

Essas atividades impressas, que são elaboradas pelosicineiros, mediante planejamento prévio, com a minha participação e orientação, eram entregues e recolhidas a cada quinze dias, e proporcionaram um ótimo retorno por meio dos usuários, gerando também uma procura maior pelo serviço ofertado. Ao serem recolhidas as atividades, os monitores de oficina juntamente comigo, corrigem, arquivam e dão o feedback para os pais e usuários.

Em nossas reuniões de planejamento, também é possível avaliar o retorno das atividades e planejar novos métodos adequando as necessidades das crianças e adolescente com os temas trabalhados.

Ainda sobre as campanhas de sensibilização que ocorrem durante o ano, também realizamos ações acerca do “Setembro Amarelo”, uma campanha nacional de conscientização sobre a prevenção do suicídio, que em 2021 teve como tema: “*Agir salva vidas*”. Segundo pesquisa realizada pelo psiquiatra de Rondônia Humberto Müller (2021), “No Brasil, acontece uma morte por suicídio a cada 45 minutos, mas para cada morte temos outras 20 tentativas.” Um dado extremamente preocupante, que merece uma atenção especial da população, educadores e, sobretudo, dos órgãos que atuam com políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa realidade. Em nossa pesquisa, encontramos um estudo mais

ressente feito pela Universidade Estadual da Paraíba, consta que o número de óbitos por suicídio no período de 2015 a 2019 foi de 1.140 mortes no Estado da Paraíba. Dentre os números registrados, 09 casos ocorreram no município de Esperança-PB. Acreditamos que esse dado foi superado drasticamente, tendo em vista que só este ano, de janeiro a março de 2022 já registramos aproximadamente 05 casos.

Para tanto, diante dessas informações preocupantes, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e orientar as crianças e jovens que fazem parte do SCFV, como forma de ação para a campanha contra o suicídio, realizamos a produção de material formativo divulgados nas redes sociais da prefeitura e grupos de whatsapp onde mantemos contato com os usuários, também foram produzidos vídeos de sensibilização como culminância da campanha e divulgado para toda a população do município.

Para celebrar o mês dedicado as crianças, realizamos um grande evento presencial, seguindo todas as medidas de saúde e segurança exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Secretária de Saúde do Município, tendo em vista que ainda estávamos enfrentando restrições por causa da pandemia da Covid-19. O evento aconteceu num ginásio do município, contando com a participação de palhaços, bonecos gigantes, brincadeiras, distribuição de lanches, pipoca, algodão doce e brindes. Também realizamos a entrega das atividades impressas e vídeos de acompanhamento remoto no grupo de whatsapp, durante a semana dando continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado desde o início do ano de forma remota.

O retorno das atividades e ações presenciais ocorreu no mês de novembro de 2021, após muita expectativa, planejamento e organização, conforme liberação do comitê de gerenciamento do Covid-19 e da Secretaria de Saúde do município, seguindo todas as medidas necessárias. Os usuários foram divididos em grupos menores para evitar aglomeração com um grande número no atendimento dos usuários e assim, manter a segurança de todos. Foram distribuídos materiais de EPIs para usuários e trabalhadores e orientações de como seria o funcionamento nesse novo formato. Agora as atividades passariam a ser presenciais, não mais havendo a entrega de atividades impressas.

Com o retorno presencial, as atividades ofertadas semanalmente na sede do programa no município de Esperança, voltaram a acontecer e atualmente, estão

acontecendo às oficinas de danças populares, música, karatê, artes, artesanato, pintura, desenho e esportes. Além disso, também temos atividades lúdicas e de recreação, exibição de filmes educativos e palestras com os temas transversais (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural). Além do acompanhamento social realizado individual e coletivamente com os temas transversais indicados, por meio de palestras, escuta e debates.

Arte e Educação são fatores que contribuem com a evolução do indivíduo como ser humano, desenvolvendo seu próprio potencial, inserindo-o na sociedade, por meio de uma postura educativa, adquirida e desenvolvida dentro de diversos espaços educativos que favorecem a condição do cidadão no seu contexto cultural. De acordo com Buoro (2000, p. 25) “Portanto, entendendo arte como produto do embate homem/mundo, consideramos que ela é vida. Por meio dela o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que se descobre, inventa, figura e conhece.”

Também em novembro, realizamos a produção de material de audiovisual em alusão ao dia da consciência negra, com uma dança temática coreografada por nossa professora de dança e apresentada por adolescente, usuários do SCFV. O vídeo foi divulgado nas redes sociais da prefeitura municipal e nos grupos de whatsapp onde os usuários são acompanhados.

Concluimos o ano de atividades realizando a confraternização Natalina com os usuários e a equipe técnica do SCFV, que contou com entrega de brindes natalinos, distribuição de lanches, apresentação cultural e palestra educativas com o tema: O verdadeiro sentido do Natal. Realizamos também reuniões de planejamento para a Colônia de férias que geralmente ocorre no mês de janeiro do ano seguinte e alinhamento da equipe para as ações futuras.

Após elencar todas essas atividades, se faz necessário falar sobre os desafios diários que nos deparamos na execução do programa, os quais são muitos, e que passam por diversas esferas da sociedade. Dentre eles, destacamos a princípio o fator social, tendo em vista o público que é atendido no SCFV a quem o programa é destinado. São famílias em situação de vulnerabilidade que dispõe de poucos recursos para lidar com questões de renda, moradia, trabalho e educação, gerando como consequência a fragilidade nas relações familiares e comportamentos ilegais ou tipos de violência. Infelizmente, o que constatamos dia a dia é a falta de

esperança e perspectivas de vida de homens, mulheres, jovens e crianças que são excluídos dos direitos sociais. Geralmente, sentem-se prisioneiros, com medo da liberdade, como diz Freire (ano):

[...] o que se sente, dia a dia, é o homem (mulher- acréscimo da autora) simples esmagado, diminuído e acomodado, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. É o homem assustado, temendo a convivência e até duvidando da sua possibilidade, ao lado do medo da solidão, que se alonga como medo da liberdade".(Freire, 1983, p. 45).

Estes usuários muitas vezes chegam ao programa sem perspectivas, sem relações familiares solidas e por sua vez, possuem uma falta de interesse que atrapalham seu desempenho escolar, sua criatividade, forma de se relacionar e de se posicionar perante a sociedade. Tal contexto implica diretamente nas atividades que são planejadas e conseqüentemente, executadas no programa, sobretudo, pela necessidade de acolher, orientar e promover ações que possam minimizar esses aspectos sociais aos quais nos deparamos.

Também faz parte dos desafios à falta de incentivo e viabilidade de mais recursos financeiros por parte dos governantes, em especial a nível nacional, considerando que o programa é de caráter federal com participação dos municípios. O congelamento do repasse de recursos que ocorreu nos anos de 2020/2021, sendo justificados pela pandemia, gerou em grande parte dos programas uma deficiência na execução das ações, levando a paralização de algumas atividades, por falta de materiais, recursos humanos e financeiros.

Como pedagoga, os maiores desafios que tenho observado, atuando como Orientadora Social é a falta de materiais de formação continuada e capacitação específica para o pedagogo no âmbito social, como também o reconhecimento do profissional como pedagogo dentro do SCFV, tendo em vista, que a Tipificação Nacional da Assistência Social não **prioriza a existência** deste profissional na equipe, mesmo diante da importância e necessidade de atuação do mesmo. Além disso, a baixa remuneração do Pedagogo dentro dos serviços da Assistência Social, sendo apenas um pouco maior que o da equipe de apoio dos determinados órgãos que compõem a rede.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa realizada no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do município de Esperança-PB, partiu da experiência de atuação da autora como pedagoga/orientadora social no mesmo, e trouxe como questões problematizadoras: Qual o papel do Pedagogo/Orientador social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Quais os saberes pedagógicos que constituem o trabalho desse profissional e Quais os desafios e dificuldades vivenciadas pelo Pedagogo social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na cidade de Esperança.

Mediante tais questionamentos, a pesquisa que possui abordagem qualitativa de teor observacional participante, por se tratar de um relato de experiência da autora, apresenta como objetivos: Descrever e analisar experiência desenvolvida pela autora desse trabalho como pedagoga social, como também, Identificar os saberes pedagógicos necessários para a atuação do pedagogo no âmbito social, particularmente em práticas educativas não escolares e conhecer os desafios e dificuldades vivenciados pelo Pedagogo Social, no SCFV.

A partir das pesquisas bibliográficas realizadas, o estudo nos aponta que a Pedagogia Social é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo das questões da sociedade e da formação para o desenvolvimento humano, e que possui saberes e práticas tão necessárias em espaços não escolares quanto no ambiente escolar. Também fica evidente a importância da formação acadêmica onde o curso de Pedagogia prepara os profissionais para desenvolverem atividades nos diversos espaços de educação formais e não formais, nos âmbitos escolares e não escolares.

Importante destacar também, que a pedagogia social tem se tornado um campo necessário de atuação, onde o profissional deve estar capacitado para exercer suas funções nos diversos âmbitos das políticas públicas, sobretudo nos programas sociais que estão direcionados para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo de forma efetiva na garantia dos direitos e na busca pelo desenvolvimento das potencialidades da população atendida.

O presente estudo nos aponta uma reflexão acerca da amplitude na área de atuação do pedagogo, proporcionando aos graduandos do curso de pedagogia uma importante discussão sobre a formação, identidade e campos de atuação deste

profissional, sobretudo, no âmbito social, que é tema principal deste trabalho, tendo em vista sua realização no SCFV do município de Esperança-PB.

Nesse sentido, no SCFV, o papel do pedagogo/orientador social vai além da realização de atividades socioeducativas como explicitamos nas seções anteriores deste estudo. As demandas que chegam até este profissional muitas vezes envolvem atividades como, por exemplo: a abordagem social, a busca ativa, e a identificação de famílias que estão em descumprimento com as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Vale ressaltar a importância do pedagogo no SCFV, considerando que ele é responsável por planejar, orientar, desenvolver e avaliar as atividades realizadas com os indivíduos cadastrados no programa, bem como, coordenar a equipe técnica, articular toda rede de serviços socioassistenciais nas ações de enfrentamento as situações de vulnerabilidade social que os indivíduos a quem o programa é destinado, se encontrarem, dentre outras ações. Cabe também a este profissional a elaboração de relatórios de atividades, gerenciar o sistema de informação do serviço de convivência, realizar encaminhamentos e atendimento social.

Na descrição e análise das atividades desenvolvidas, apresentadas neste estudo, foi possível perceber que a presença do pedagogo/orientador social em espaços não escolares é de extrema importância e se faz cada vez mais necessária, levando em conta que a formação desse profissional está direcionada para atuar de forma expressa nos diversos âmbitos os quais exigem práticas pedagógicas e educativas específicas.

Sendo assim, concluímos que o presente estudo se torna relevante para a comunidade acadêmica em geral, sobretudo, para os graduandos do curso de pedagogia, por proporcionar reflexões pertinentes ao tema proposto e por se tratar de um relato da minha experiência como pedagoga/orientadora social.

Mesmo diante das dificuldades encontradas na atuação, da desvalorização do profissional e dos baixos salários, considero que a pedagogia social é um campo de atuação extremamente importante, sobretudo por nos permitir atuar diretamente com aquela parcela mais vulnerável da sociedade, trazendo para nós como seres humanos, uma reflexão acerca do cuidado, do amor ao próximo e responsabilidade que devemos ter em nosso papel social.

Por fim, afirmo que a pesquisa, planejamento, orientação e construção deste trabalho me trouxe também uma reflexão pessoal acerca da minha práxis educativa,

do modo de enxergar o curso, proporcionando uma experiência única e muito rica que ficara marcada na minha história acadêmica e de vida.

REFERÊNCIAS

- Brasil, **Organização Internacional do Trabalho**. III Conferência Global Sobre Trabalho Infantil. 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_398475/lang--pt/index.htm. Acesso em: 13 de março de 2022
- BRASIL, CNE. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 13 de março de 2022
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de março de 2022
- BRASIL. **Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 14 de março de 2022.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 14 de março de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Versão atualizada 1997. Brasília 1997.
- CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador**. Revista de ciências da educação- UNISAL. P. 341- 368 Americana, São Paulo, 2º 2010.
- CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, **Política Nacional de Assistência Social**, 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 16 de março de 2022
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 39.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. siglo XXI, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** 3ª ed. Porto Alegre, Pátio, 2000.

STRECK, Danilo; SANTOS, Karine. (2011). **Educação de Jovens e Adultos: Diálogos com a Educação Popular e Pedagogia Social.** EccoS – Revista Científica, n. 25, São Paulo, jan./jun. 2011, p.19-37

UEPB. **Projeto Pedagógico de Curso - PPC: Pedagogia (Licenciatura)** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2016.nexo